



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

A Aplicação Jurídica Sobre a Propriedade e os Litígios

AUTOR PRINCIPAL: Áxsel Batistella de Oliveira

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: Ironita Policarpo Machado

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO:

A pesquisa “A Aplicação Jurídica Sobre a Propriedade e os Litígios” é subprojeto do projeto “Práticas político-jurídicas e econômicas no processo de ocupação do espaço e da constituição da sociedade sul brasileira – 1930 a 1970”, a pesquisa objetiva discutir a questão da propriedade em seis processos civis da 2ª Vara da Comarca de Soledade. Busca-se ver as características dessas propriedades nas quais estão em litígio e a concepção legal sobre a mesma e na prática social como era concebida a propriedade da terra através dos processos judiciais. Por meio da digitalização e leitura de seis processos civis, sendo eles dois da década de 40, dois da década de 50 e dois da década de 60, divididos em três tipologias: Manutenção de Posse, Reintegração de Posse e Restituição de Posse. Através da interpretação destas fontes entrecruzadas entre si, é realizada a análise conceitual sobre a propriedade e à conjuntura social e econômica dos litígios envolvidos nos processos civis, assim, problematizar teórica e socialmente a questão da propriedade da terra.

DESENVOLVIMENTO:

Durante a pesquisa, na qual houve a digitalização e a análise de seis casos, foi possível observar algumas questões, como por exemplo, relações entre eles e discursos de poder, como o autor de um dos casos, ser uma das testemunhas de outro caso ou a testemunha da autora ser um possível

familiar da testemunha do réu, e no desenvolver do processo ser usado inúmeras citações para dar sustentação na argumentação do processo buscando tornar “verídico” sua afirmação. A propriedade no âmbito jurídico só existe quando se tem dono, confirmado no cartório, no ofício legal, que é o que podemos ver nos processos em que foram trabalhados, pois no meio jurídico, quem era reconhecido como proprietário, por exemplo, era quem fosse detentor de uma escritura ou a certidão no registro de imóveis, e não se levava em conta todo o contexto por trás da propriedade e seus litígios, pois sabe-se que ali há interações humanas que dependem da propriedade para sobreviverem e existirem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa encontra-se atualmente em estágio final, que na qual será apresentada na II Semana no Conhecimento. Após passar por todas as etapas, seleção dos processos, digitalização, leitura e interpretação, foi possível observar alguns pontos, como a relação entre os autores, réus e testemunhas aparecendo em outros processos, documentos que o autor afirma ter, mas não foi encontrado anexado, assim como os litígios envolvidos sendo possíveis familiares de outros envolvidos nos demais processos.

REFERÊNCIAS:

Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo – Acervo do Judiciário.

Dicionário da Terra / Márcia Motta (organizadora). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACHADO, Ironita P. Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul – 1890 - 1930. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.